



CIBERFEMINISMO COMO NOVO FORMATO DE ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS INTERSECCIONAIS: TENSÕES E MOBILIZAÇÕES DO MOVIMENTO FEMINISTA

CYBERFEMINISM AS A NEW FORM OF COORDINATION OF INTERSECTIONAL SOCIAL MOVEMENTS: TENSOS AND MOBILIZATIONS OF THE FEMINIST MOVEMENT

Letícia Tomazzetti¹

Resumo: O presente trabalho possui o objetivo de responder ao seguinte questionamento: o movimento ciberfeminista se apresenta como um caminho viável para as novas articulações do movimento feminista interseccional? Para tanto a metodologia utilizada foi a dedutiva, com método de abordagem bibliográfico e técnica de pesquisa documental, a partir da análise de conceitos e definições metodológicas ao estudo das relações entre tecnologia e sociedade, passando pela evolução das pautas dos movimentos feministas, até confirmar a hipótese inicial de que o ciberfeminismo, ou seja, os movimentos feministas atuantes nas plataformas digitais de comunicação, se apresentam como imprescindíveis à articulação e mobilização dos movimentos feministas interseccionais.

Palavras-chave: Articulação; Ciberfeminismo; Internet; Tecnologias de informação e comunicação.

Abstract: The present research aims to respond to the following question: the cyberfeminism presents itself as a possible way to the new mobilization of the intersectional feminism movement? So that, the methodology used was the deductive, as well as approach method is bibliographic and the research technique is the documental, from the analyses of the methodological concepts e definitions to the study of the relationships between technology and society, going through the guidelines of the feminist movement, until confirm the initial hypothesis, that is the cyberfeminism – the active feminist movements on the digital platforms of communication – presents itself as essential to the coordination and mobilization of the intersectional feminist movements.

Keywords: Mobilization; Cyberfeminism; Internet; Information and Communication Technology.

¹ Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, na linha de pesquisa de Políticas Públicas de Inclusão, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Pós-Graduada em Gestão Jurídica Empresarial pela Instituição Verbo Jurídico. Graduada em Direito pela Universidade Franciscana (UFN). E-mail: leticiatomazzetti@gmail.com.



1 Introdução

O presente trabalho possui o objetivo de verificar se o movimento de Ciberfeminismo se apresenta como um caminho viável para as novas articulações do movimento feminista interseccional? Isso porque, atualmente, se vivencia o fenômeno da sociedade informacional, de forma que não é mais possível separar o offline do online, estando ambos os ambientes em uma sinergia mútua. Com isso em mente, a hipótese do presente trabalho é que o ambiente online, sobretudo as plataformas digitais, se apresentam como novas arenas de lutas e mobilizações políticas, mesmo que existam outros desafios importados pelo patriarcado, de forma que a presença das pautas feministas interseccionais nas redes sociais é imprescindível.

Para tanto, a metodologia de investigação utilizada é a dedutiva, de forma que o método de abordagem foi o bibliográfico-monográfico, com técnica de pesquisa de documentação indireta. Sendo assim, em um primeiro momento a pesquisa busca identificar os conceitos de redes e suas articulações, definindo as abordagens metodológicas ao estudo das tecnologias de informação e comunicação e destas para com as relações sociais humanas. Esta primeira parte do estudo foi extraída a partir dos resultados da pesquisa de dissertação de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), na linha de pesquisa de Políticas Públicas de Inclusão.

Já o segundo momento, possui um recorte histórico, investigando a evolução e ascensão dos movimentos feministas e suas pautas, desde a luta sufragista até o atual momento: ciberfeminismo. Por fim, o terceiro momento analisa as mobilizações e articulações, respondendo a pergunta principal e identificando a internet como aliada do movimento feminista, em que pese as tensões e desafios enfrentados.

Portanto, confirmou-se a hipótese inicial, identificando que as plataformas digitais, por meio da capacidade de formar redes e de quebrar paradigmas geográficos, se apresenta como novo espaço de construção e discussão de pautas feministas – movimento conhecido como ciberfeminismo – e, assim, se apresenta como um caminho viável à mobilização feminista do século XXI.

2. Conceitos e abordagens metodológicas ao estudo das tecnologias de informações e comunicações

Antes de adentrar nos ideais de ciberfeminismo, faz-se importante a abordagem de determinados conceitos e da abordagem metodológica ao estudo das novas tecnologias,



considerando a necessidade de transversalidade de gênero. Para tanto, este primeiro momento é resultado de um recorte metodológico adotado no âmbito da pesquisa de dissertação de mestrado desta autora.

Sendo assim, o conceito chave para o desenvolvimento desta pesquisa, trata-se acerca do termo “TICs”, isto é, Tecnologias de Informação e Comunicação, que podem ser definidas como sendo, “conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, composta por computadores, softwares e sistemas de redes” (VELOSO, 2011, p. 49). Redes, por sua vez, é entendido por Castells como sendo “um conjunto de nós interconectados”. Ainda,

[...] Estruturas complexas de comunicação construídas em torno de um conjunto de metas que simultaneamente garantem a unidade de propósito e a flexibilidade de execução em virtude de sua adaptabilidade ao ambiente operacional. Elas são programadas e, ao mesmo tempo, autoconfiguráveis. Nas redes sociais e organizacionais, suas metas e procedimentos operacionais são programados por atores sociais. Sua estrutura evolui de acordo com a capacidade da rede de se autoconfigurar em uma busca permanente por combinações de redes mais eficientes. (CASTELLS, 2015, p. 67).

Ainda, unindo ambos os conceitos para se chegar ao momento atual, necessário ressaltar a ideia de sociedade em rede, trazida por Castells, como sendo:

Uma sociedade cuja estrutura social é construída em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e de informação processadas digitalmente e baseadas na microeletrônica. Considero estruturas sociais como arranjos organizacionais de seres humanos em relações de produção, consumo, reprodução, experiência e poder, expressos em uma comunicação significativa codificada pela cultura. (CASTELLS, 2015, p. 70).

Para tanto, em um primeiro momento é preciso identificar que o cyberfeminismo surge a partir da ideia de redes e interatividade desenvolvida pela “Web 2.0”, ou seja, da inserção da interatividade e sociabilidade no ambiente virtual sendo que os usuários passaram de um comportamento passivo perante ao universo digital para um comportamento ativo, de criação de conteúdos e desenvolvimento de redes e interatividade (KEIPI *et al.*, 2017).

Nesse sentido, em termos de evolução destes ideais Keipi *et al.* (2017) verificam as redes sociais como sendo resultado da transformação da Web 1.0 para a Web 2.0 mencionada acima. Isso porque a Web 2.0 não se trata de grandes melhorias tecnológicas, mas sim de transformações de como a internet e as novas tecnologias de comunicação de informação são realmente utilizadas (KEIPI *et al.* 2017).



Sendo assim, o primeiro ponto de partida adotado ao estudo das influências das tecnologias de comunicação, sobretudo das redes sociais, é o reconhecimento da inexistência de separação entre o ambiente virtual e o ambiente real, entre os chamados “ambientes online” dos “ambientes offline”. Há a ideia de uma narrativa fluída entre os ambientes, sendo que, conforme relatam KEIPI, *et al.*, (2017) as maneiras populares de expressão e interação online refletem os desejos próprios de relação e necessidades que existem offline. O ciberespaço – e a internet, mais especificadamente – se tornou um ponto de encontro do mundo.

Portanto, a interatividade se constitui como base das novas relações sociais, favorecendo a formação de redes, sobretudo entre aqueles que possuem ideais em comum. Frente a isso, a construção de redes de sociabilidade construídas em conjunto às novas tecnologias advém da teoria da determinação social da tecnologia, isto é, na construção social da tecnologia, uma vez que esta apresenta-se como elemento constitutivo de subjetividades e sociedades (VALENTE; NERIS, 2019).

Ao inserir os ideais de gênero a esta tecnologia, encontra-se a teoria do tecnofeminismo, trazida por Wajcamn (2006) que considera a tecnologia como um produto das relações sociais que a produzem e utilizam, sendo parte de um processo performativo, com ênfase das análises das agências (sendo agência definida como capacidade de ação) das mulheres com as tecnologias em transformação (WAJCAMN, 2006).

Nesse sentido, afirma que “um sistema tecnológico nunca é meramente técnico: seu funcionamento no mundo real inclui elementos técnicos, econômicos, empresariais, políticos e inclusive culturais” (WAJCAMN, 2006, p. 57). Dessa forma, a teoria tecnofeminista se demonstra de tamanha importância para a análise central do desenvolvimento de cyberfeminismo como movimento social, uma vez que traz o recorte de gênero à análise das interações tecno-sociais. Para tanto, o tecnofeminismo de Wajcamn incorpora conceitos apresentados pela teoria da performatividade de Judith Butler, afirmando que

Se a performatividade é uma característica de todas as relações sociais e se as tecnologias e as novas formas de culturas genéricas são fruto de uma co-produção, isso é o que há sucedido no passado e também o que haverá de ser sucedido no futuro. (WAJCAMN, 2006, p. 86).

Frente a isso, o ciberfeminismo, por sua vez, trata-se um termo inspirado na obra “Manifesto Cyborg” de Donna Haraway, que convida a pensar a interação dos organismos. Em uma reivindicação do diálogo com os outros, bem como a deixar de pensar a partir do sujeito



antropocêntrico e para o que propõem reconhecer as posições de poder como elementos fundamentais da construção das pessoas e identidades. Portanto, se o tecnofeminismo trata das relações entre o social e a tecnologia, o ciberfeminismo trata acerca da apropriação tecnológica em razão do gênero, isto é, o feminino apropriando-se das formas de uso e interatividade da tecnologia.

Logo, quando o termo ciberfeminismo é mencionado trata-se, em sua realidade, da apropriação pelo movimento feminista das novas tecnologias e dos espaços por ela propiciados para o desenvolvimento de novos debates e pautas.

Não obstante, conforme bem lembrado por Veloso (2011, p. 49) essas tecnologias, sobretudo a partir da inserção da interatividade, “também podem aprofundar desigualdades sociais, podendo constituir-se como reforço de práticas excludentes e concentradoras de poder e riqueza”. Dessa maneira, a análise da apropriação das tecnologias de comunicação e informação pelo movimento feminista, como nova forma de articulação, ocorreu mediante sua evolução histórica de pautas, para só então ser possível identificar se o ambiente virtual pode se apresentar como aliada, de fato, ao movimento feminista.

3. Evolução do movimento feminista: do movimento sufragista ao ciberfeminismo

Antes mesmo do termo feminismo ser aplicado, havia mobilizações sociais que questionavam a subjugação do feminino pelo masculino. A primeira mobilização articulada e organizada teve início na metade do século XIX, questionando o direito de voto às mulheres e à vida pública.

Conhecido como movimento sufragista, deu início a chamada Primeira Onda² do Feminismo, em que pese o termo “feminismo” tenha passado a ser empregado somente a partir do século XX, por volta de 1911, nos Estados Unidos, servindo como substituto aos termos “movimento das mulheres” e “problemas das mulheres” (GARCIA, 2015).

A luta nesse momento compreendia que o direito ao sufrágio universal representaria igualdade e reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, de que elas possuíam as mesmas

² Essas denominações servem para indicar um momento histórico de relevante efervescência militante e/ou acadêmica em que determinadas pautas e questões feministas se insurgiram e dominaram o debate da época (Santiago, 2020).



condições para gerir a vida coletiva e que elas tinham seus próprios interesses; tratava-se de uma reivindicação pelo espaço público.

Após, em meados da década de 1970 iniciou-se um novo momento das lutas feministas, sobretudo a partir do desenvolvimento do termo “Revolução Sexual”. Nesta segunda fase, além da luta pela valorização do trabalho da mulher, os movimentos também lutavam pelo direito ao corpo e ao prazer (DUARTE, 2019).

Concomitantemente a estes períodos, também começaram as diferenciações conceituais entre sexo biológico e gênero, e a ideia de gênero como uma construção social.

Foram levantadas questões como a violência doméstica e sexual, a reivindicação pelo domínio do próprio corpo, a busca pelo prazer sexual e o aborto, o controle de natalidade e a sua realização pessoal enquanto ser e indivíduo. Destarte, nesse período ganhou destaque a elaboração do conceito de gênero como ferramenta para possibilitar a visualização dessas questões, concebendo-o como uma construção social e rechaçando a teoria que atribui determinadas características à biologia. (SAFFIOTI, 2011, p. 45).

Não obstante, até este momento a luta ainda se centrava em mulheres brancas e de classe média ou alta, excluindo da pauta mulheres pobres e/ou negras. Com isso em mente, o terceiro momento foi marcado pelo desenvolvimento do conceito da categoria mulher, como um fim em si próprio, deixando a concepção de Outro, ao tempo em que emergiu o conceito de Feminismo Interseccional, de Crenshaw (1989), conceito este desenvolvido e aprofundado pelo feminismo negro, com Bell Hooks (2019).

Cabe ressaltar que a interseccionalidade trata-se de uma história anterior à sua própria denominação. Conforme menciona Carneiro (2017), os estudos acerca da interseccionalidade são

[...] muito anterior à emergência dele, embora os sentidos que ele carrega estejam presentes nos meus textos e de outras mulheres negras da minha geração. Quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro. (CARNEIRO, 2017, p. 18)

Além disso, importante mencionar que na América Latina, o movimento que emergia junto à terceira onda foi marcada pela institucionalização do debate feminista, decorrente das lutas anti-ditatoriais, em agendas que compreendiam a redemocratização.

Nesse cenário, a inserção da teoria interseccional se faz importante para a emancipação feminina na América Latina, uma vez que considera essa distância existente entre o Sul e o Norte Global, tal como considera a diferença entre a branquitude e a negritude, e as classes



médias e operárias. Nesse cenário, ainda que as agendas dos diferentes grupos feministas, em cenário internacional, tivessem os mesmos objetivos, os modos de articulação se apresentam(ram) em vários momentos como contrapostos.

Nesse contexto, desde a década de 2010, o ciberfeminismo tem emergido como uma fase de novas possibilidades para articulação, engajamento e formulação de pautas políticas. No contexto brasileiro, observa-se uma notável ampliação desse fenômeno. Cabe ressaltar que o fortalecimento dos movimentos sociais — entre eles o feminismo — está diretamente relacionado à ampliação do acesso às tecnologias, resultado de políticas públicas voltadas à popularização dos smartphones e à implantação de infraestrutura digital (FACIOLI; GOMES, 2022).

Sendo assim, as plataformas digitais vêm se consolidando como ferramentas fundamentais de mobilização e formação de consciência coletiva, sobretudo na difusão de valores contrários ao machismo e ao racismo. Apesar da polarização que marca as redes sociais, frequentemente permeadas por discursos de ódio e tentativas de silenciar vozes femininas, o ambiente virtual tem se estabelecido como um espaço estratégico de atuação e organização política.

Tendo perpassado pela evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, desde a WEB 1.0 até o momento da Web 2.0 – conforme supramencionado, as comunidades e criação de comunidades foram favorecidas com a capacidade de interação e engajamento proporcionada pelas redes sociais, sem nunca desconsiderar as discriminações algorítmicas que ocorrem. Ademais, também se verificou a expansão dos debates feministas e de gênero par além do campo teórico-científico.

Com isso em mente, Holanda (2018) entende que se vivencia, globalmente, uma quarta onda do feminismo, com agendas que têm se fortalecido após a segunda década do século XXI e que possuem três características marcantes: maior horizontalidade da luta política; postura de recusa à mediação representativa dos partidos e esferas institucionais; reforço da dimensão de experiência e de narrativas individuais.

Dessa forma, a trajetória do movimento feminista — das lutas sufragistas à contemporaneidade digital — evidencia a sua capacidade de se reinventar diante das transformações sociais, políticas e tecnológicas. A consolidação do ciberfeminismo como uma nova frente de atuação evidencia não apenas a ampliação das possibilidades de mobilização, mas também o fortalecimento das pautas interseccionais e da construção de redes de solidariedade entre mulheres. Essa evolução histórica e teórica permite compreender como a



internet e os ambientes digitais passam a se configurar como arenas centrais na disputa por direitos e visibilidade, o que será aprofundado no próximo capítulo, ao se analisar a rede como espaço de articulação política e ativismo feminista.

4. Mobilizações e Articulações: a internet como espaço aliado do movimento feminista?

Considerando os conceitos de redes e atores mencionados acima, tal como a evolução do movimento feminista, é possível afirmar que este foi possível a partir de espaços de falas, ideais, debates e lutas, que propiciaram as articulações entre grupos identificados em suas demandas subjugadas, bem como as transformações sociais. Com isso em mente, é possível identificar que a internet, atualmente, em seu significado de espaço virtual e plataformas digitais, pode se constituir como novas arenas de debates, que enclavam novas lutas e modificações sociais.

Nesse sentido, o ambiente virtual é resultado da necessidade da sociedade de desenvolver novas formas de comunicação que, inicialmente, seriam neutras e livres das mídias clássicas. Sendo assim, a internet se transformou em um local de pluralidade, ideal para o colaborativismo e inteligência coletiva, em que pese também se transformou em um local ideal para o desenvolvimento do individualismo e da necessidade de criação de identidades, reforçando a ideia de performatividade.

Segundo Castells (2015, p. 39), o seu uso “empodera pessoas, aumentando sua sensação de segurança, liberdade pessoal e influência, todas elas percepções que têm um efeito positivo na felicidade e no bem-estar pessoal”. Para tanto, ao tratar do papel da internet no cotidiano das relações individuais, Cardon (2012) menciona que, em que pese os criadores possuíssem como princípio inegociável a neutralidade da rede ao tempo em que a comunicação fosse mais fluida, aberta e tolerante, a massificação conduziu a um reagrupamento com base em proximidades culturais e sociais de indivíduos que compartilham traços em comum.

Sendo assim, é possível identificar que houve uma reformulação dos meios de comunicação e informação a partir da internet, bem como há esta reformulação nas formações de etnias, ideologias, gênero e a construção de papéis e de identidades (CASTELLS, 1999). Para tanto Castells (1999) ao estudar acerca das formas de construção social da identidade, verifica que existem três: legitimadora, trazida por instituições de poder na intenção de manter e expandir sua capacidade de dominação em relação aos demais agentes da sociedade; resistência, formada por atores sociais em posições subalternas; e, por fim, a de projeto, cujo ponto de partida é dado pelos atores sociais que constroem uma nova identidade com



capacidade de redefinição de sua posição na sociedade, utilizando qualquer forma de material cultural que esteja a sua disposição.

Já o ciberativismo, por sua vez, nasceu a partir da transformação da sociedade e de uma necessidade alternativa à obtenção de informações sem a parcialidade dos meios de comunicações considerados tradicionais, como televisões e rádios (BÉLTRAN, 2014). Nesse cenário, é possível afirmar que o ciberativismo como um todo, assumido posteriormente pela luta feminista, surge da necessidade de voz e articulação em uma onda contra-hegemônica.

Considerando isso, o ciberfeminismo surge como alternativa à democratização do acesso ao feminismo, abrindo espaço para que mulheres possam debater e discutir nas mais diversas esferas e níveis de conhecimento, ou seja, realizaram a ação de “agência” – conceito trazido por Wajcanm (2006) e explicitado na primeira parte desta pesquisa.

Felgueiras (2019), ao trabalhar com a ideia de uma Quarta Onda do movimento, afirma que este quarto momento encontra-se diretamente vinculado à sociedade em rede, uma vez que a agenda feminista atual é formada justamente por “jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utilizá-la” (FELGUEIRAS, 2019, p. 119).

Portanto, pode se apresentar como alternativa para as mobilizações sociais e que perderam força nos últimos tempos e que deram uma sensação de estagnação. Não obstante, a Web 2.0, as TICs e as comunidades virtuais reunidas em torno de pautas em comuns só se apresentarão como solução, se possuírem a capacidade de resistência perante os novos mecanismos que, concomitantemente a elas, surgiram como contrapartida, tais como as *deep fakes*, discursos de ódio e crimes cibernéticos, sobretudo aqueles que possuem ideal de gênero como marco central para sua execução.

Frente a isso, a solução encontrada é que o ciberfeminismo não pode se apresentar como uma solução, isto é, como um fim em si mesmo, mas sim como sendo um meio – atualmente imprescindível – de articulação e mobilização das agendas feministas, colaborando para o agenciamento de mulheres ao movimento, sobretudo pela rede de comunidade criado em torno de uma mesma pauta em comum.

Se a construção da identidade coletiva é realizada, em grande maioria, por “determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (CASTELLS, 1999, p. 24), é possível formar uma rede de mulheres com articulação política e agenda de pautas e lutas, utilizando a internet e as redes sociais como mecanismos de mobilização.



Corroborando a isso, Cazarré (2016, s/p) afirma que, no que tange às mobilizações feministas online, “as bandeiras são diversas, como vimos, e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo”. Portanto, verifica-se que junto com a capacidade de mobilização, há também dois pontos centrais que tornam as plataformas digitais essenciais: massificação do movimento e transnacionalização, ou seja, a quebra de fronteiras geográficas.

Em síntese, a internet tem se mostrado uma aliada estratégica para a atuação do movimento feminista, ao possibilitar novas formas de articulação, engajamento e construção de identidades coletivas. No entanto, o ambiente virtual também carrega contradições e desafios significativos, como a disseminação de discursos de ódio, as violências de gênero online e a manipulação algorítmica de conteúdos. É nesse cenário ambivalente que o ciberfeminismo se consolida como instrumento tático de resistência e reivindicação, exigindo uma análise crítica sobre os limites e potencialidades dessas novas ferramentas digitais.

Considerações finais

A partir da análise teórica desenvolvida, torna-se evidente que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), notadamente as redes sociais e o ambiente digital proporcionado pela Web 2.0, não apenas reconfiguraram as formas de sociabilidade contemporâneas, mas também apresentaram um novo campo de possibilidades para a articulação de movimentos sociais, com especial destaque ao movimento feminista. O ciberfeminismo, nesse contexto, emerge como um desdobramento estratégico do tecnofeminismo, apropriando-se das ferramentas tecnológicas para amplificar vozes historicamente silenciadas, promover engajamentos políticos descentralizados e construir identidades coletivas marcadas pela interseccionalidade.

A trajetória do feminismo, das lutas sufragistas à contemporaneidade virtual, evidencia uma constante capacidade de adaptação e reinvenção frente às transformações sociais, políticas e tecnológicas. A internet, longe de ser um espaço neutro, é marcada por disputas de poder, tensões simbólicas e reproduções de desigualdades. Para tanto, parte-se do ideal de que atualmente não é possível se vislumbrar uma separação entre o “mundo offline” e o “mundo online”. Por tal razão a presença das pautas feministas nas redes sociais é imprescindível.

Se em momentos anteriores, a afinidade com tais pautas gerou redes de comunidades, neste atual momento do século XXI e da Sociedade Informacional, tais pautas se apresentam



como novas arenas de lutas e mobilizações políticas. Ainda que os desafios impostos pelo ambiente digital — como os discursos de ódio, as violências de gênero online e as discriminações algorítmicas — representem obstáculos significativos, o potencial transformador das plataformas digitais não pode ser ignorado.

Dessa maneira, identificou-se que o ciberfeminismo não se apresenta como um fim em si, mas como uma ferramenta tática de resistência e transformação, capaz de ampliar o alcance das pautas feministas e promover a construção de uma esfera pública mais inclusiva, participativa e sensível às múltiplas formas de opressão.

REFERÊNCIAS

BELTRAN, Gerson. Los movimientos de la sociedade. Descolocación, reajustes y cábion, desde las tecnologías. In: VALENCIA, Ricón; CORREDOR, Juan Carlos; PILAR, Claudia (org.). **Movimientos sociales e internet**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2014.

CARDON, Dominique. **A Democracia na Internet: Promessas e Limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CANEIRO, Sueli. **Sobrevivente, testemunha e porta-voz**. Cult: São Paulo, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CAZARRÉ, Marieta. A quarta onda do feminismo nasce em 2015. In: **Revista Brasileiros**, 2016. Disponível em: <https://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasceem-2015>. Acesso em 02/04/2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: **Stanford Law Review**, (6), pp. 1.241-1.299, 1991.

FACIOLI, Lara Rodrigues; GOMES, Simone da Silva. O ativismo feminista online no Brasil: aportes para uma agenda em construção. In: **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/40496>. Acesso em: 02/04/2025.

FELGUEIRAS, Ana Claudia. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo. In: **Revista Digital Simonsen**. 2017.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.



HOLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KEIPI, Teo; NASI, Matti; OKSANEN, Atte; et al. **Online Hate and Harmful Content: Cross-national perspectives.** 1. ed. Nova York: Routledge, 2017.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Graphium, 2011.

VALENTE, Mariana; NERIS, Natália. Para falar de violência de gênero na internet: uma proposta teórica e metodológica. In: NATANSOHN, Graciela; TOVETTO, Fiorencia (Orgs.). **Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde a América Latina.** Salvador: EDUFBA, 2019.

VELOSO, Renato. **Tecnologias da informação e comunicação: desafios e perspectivas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

WACNJAMN, Judy. **El tecnofeminismo Colección feminismos.** Valencia: Cátedra Universitária de Valencia, Instituto de la Mujer, 2006.